

# QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sabrina Fontenele<sup>1</sup> e Silvio Oksman<sup>2</sup>

---

## RESUMO

Este artigo elenca uma série de temas relacionados ao patrimônio cultural na cidade contemporânea. Parte-se da compreensão de que o campo do patrimônio cultural foi ampliado, aliando questões como as relacionadas às manifestações artísticas e práticas culturais dos mais diversos grupos até chegar à discussão sobre lugares de memórias e consciência. Apresentando e analisando exemplos recentes, defende-se aqui a ideia de que o patrimônio está inserido no campo de disputa social e urbano da cidade contemporânea.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Memória. Urbanismo.

## ABSTRACT

This article lists a series of subjects related to cultural heritage in the contemporary city. It starts from the premise that the field of cultural heritage has been expanded, combining issues such as artistic manifestations and cultural practices of diverse groups. It also incorporates “Site of Memory and consciousness”. Through the presentation and analysis of recent examples, the text advocates the idea that cultural heritage is inserted in the field of social and urban dispute of the contemporary city.

**Keywords:** Cultural heritage. Memory. Urbanism.

## A AMPLIAÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO

As questões relativas à preservação do patrimônio cultural têm ganhado cada vez mais espaço nas discussões sobre cidades, arquitetura

---

<sup>1</sup> Arquiteta e urbanista, doutora pela FAU-USP. Pesquisadora de pós-doutorado do IFCH-Unicamp com apoio da Fundação para Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Foi Conselheira do Conpresp em 2017. Autora do livro *Edifícios modernos e o traçado urbano no Centro de São Paulo* (Annablume, 2015). E-mail: sabrina.fontenele@gmail.com.

<sup>2</sup> Arquiteto e urbanista, doutor pela FAU-USP. Sócio do escritório Metrôpole Arquitetos. Coordenador do Plano de Conservação para o MASP com apoio da Fundação Getty e professor da Escola da Cidade. Foi conselheiro do CONDEPHAAT entre 2013 e 2016 e do Conpresp em 2017. E-mail: silvio@oksman.com.br.

e manifestações culturais diversas. Essa ampliação não é tema novo. Esses novos olhares vêm sendo discutidos desde o início do século XX por diversos autores que tentam compreender a necessidade de se ampliar o debate e o reconhecimento de espaços carregados de valor, para além da valorização de monumentos consagrados, no sentido de abranger representações e memórias de uma parcela maior da sociedade. Em que pese essa renovação ter sido iniciada no início do século passado, é somente na segunda metade do centenário que essas questões se consolidam de forma irreversível. Temas como “lugares de memória e consciência” e “patrimônio imaterial” abrem o debate para muito além do restrito grupo que até então tratava das questões de reconhecimento e preservação de patrimônio cultural.

No Brasil, a questão da preservação do patrimônio tem um percurso próprio que se inicia oficialmente em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – órgão federal responsável pelos tombamentos dos bens considerados patrimônios culturais. A partir dos anos 1960 são criados os primeiros órgãos estaduais e municipais de proteção do patrimônio cultural.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>3</sup>, como hoje é conhecido o SPHAN, foi criado por um grupo de pessoas fortemente ligado aos intelectuais modernos. Nesse sentido, a atuação do Instituto foi pautada pelo tombamento de edifícios que reforçaram o discurso de modernidade e de cultura nacional desses intelectuais. Logo nos primeiros anos de funcionamento do órgão, foram tombadas centenas de bens, entre eles os conjuntos arquitetônicos das cidades mineiras de Ouro Preto, Mariana e São João Del Rei e a Igreja de São Francisco de Assis – na Pampulha, em Belo Horizonte –, projeto, à época recém-construído, de Oscar Niemeyer .

Se essas políticas nacionais de preservação têm uma relação direta com movimentos similares de outros países, o Brasil é vanguarda no que diz respeito às questões do patrimônio imaterial, tendo tratado do assunto na Constituição de 1988<sup>4</sup>. Desde então, não apenas bens materiais (edifícios, praças, obras de arte) foram tratados como objetos de proteção, mas também celebrações, fazeres, conhecimentos e técnicas, que passaram a ser registrados nas mais diversas regiões do Brasil a partir dos anos 2000, com o Decreto nº 3551/00.

---

<sup>3</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) mudou de nomenclatura algumas vezes ao longo de sua trajetória. Desde 1994, é reconhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>4</sup> Artigo 216 da Constituição Federal. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao\\_Federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

O frevo – música, dança e poesia do carnaval pernambucano –, o modo artesanal de fazer queijo mineiro, a feira de Caruaru – lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais – e a Cachoeira de Iauaretê – considerada um lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri –, entre tantos outros, receberam o selo do IPHAN.

A ampliação do tema “patrimônio cultural” vem despertando cada vez mais interesse da sociedade e de pesquisadores acadêmicos das áreas de Arquitetura, História, Antropologia e Ciências Sociais. Muitos desses estudos tratam da identificação de bens que merecem o reconhecimento como patrimônio cultural por causa de seus valores e da afirmação de procedimentos e diretrizes para a preservação, a fim de poder transmitir para gerações futuras parte da história e memória de nossa sociedade.

Recentes casos de destruição, vandalismo e manifestações em bens culturais mostram a importância do campo da preservação e a força que assumiu o debate político em torno do tema. São vários atos que, propositalmente, se utilizam da força do patrimônio como uma forma de chamar atenção para as reivindicações. A visibilidade do patrimônio colabora para a amplificação do discurso.

### DISCUSSÕES RECENTES

Sem se aprofundar em questões teóricas do campo da preservação de patrimônio cultural, que são abordadas em bibliografias específicas<sup>5</sup>, cabe ressaltar alguns tópicos referentes a essa discussão nos dias de hoje, a fim de facilitar a compreensão das abordagens que serão feitas a seguir.

A primeira delas é a necessária compreensão de que a preservação é um ato do presente. Em fragmentos representativos de um passado, busca-se elementos que nos permitam reconhecer uma identidade cultural, passível e desejável de ser transmitida para o futuro. Assim, não se reserva às ações preservacionistas um cunho nostálgico, desejoso de retomar um tempo perdido. Trata-se, sim, de uma ação firmada em tempo presente e intimamente ligada àquilo que nos está à disposição contemporaneamente.

---

<sup>5</sup> Gostaríamos de ressaltar as seguintes obras: 1) ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 2) KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. 3) MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*. Ouro Preto: IPHAN, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES\\_Ulpiano\\_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf)>. Acesso em: 25 de maio 2018. 4) CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

Afinal, o passado é intangível por excelência.

Apesar de isso parecer óbvio, não é o que se tem visto. Diversas ações, no afã de preservar, acabam por buscar um estado pretensamente original, eliminando importantes camadas históricas que se justapõem a um bem cultural. Assim, qualquer ação que pretenda voltar no tempo, edita a história, autorizando-se escolher os momentos a serem preservados.

As pesquisas documentais são parte essencial do trabalho de preservação. Textos, fotografias, desenhos, projetos e vídeos são elementos de extrema importância para a construção de um conhecimento sobre o que se pretende estudar. Esses materiais revelam informações preciosas, mas devem ser considerados com cautela. Além disso, servem para compreender os processos e revelam camadas históricas. Em diversos casos, essas imagens têm sido utilizadas com o objetivo de “voltar a um estado”<sup>6</sup> pretensamente original, que pode jamais ter existido. Projetos de edifícios que trazem informações importantes também acabam sendo utilizados no sentido de novas construções à imagem e semelhança daquelas que se pretende preservar. Assim, busca-se a preservação de uma imagem, de um cenário, e corre-se o risco de perder parte da história impregnada nesses edifícios.

Em muitos casos, a preservação da passagem do tempo é evitada a todo custo, inclusive com a eliminação de suas marcas: a pátina. O desejo é de ter o “velho com cara de novo”. São muitos casos, em todo o mundo, em que a imagem de um edifício recém-inaugurado, registrado em fotografias exaustivamente reproduzidas em catálogos e livros, é o que se quer preservar.

Outra questão essencial é a compreensão de que cada caso é específico e irreprodutível. Isso se dá de várias formas. Vale tanto para o reconhecimento de valor – aquilo que pode ser patrimônio para uma sociedade pode não ser para outra; as sociedades têm valores diferentes – quanto para as ações de preservação – impossível criar um catálogo universal que dê conta das ações possíveis de preservação. Portanto, o campo do patrimônio demanda estudos aprofundados e, principalmente, multidisciplinares, que considerem aportes diferentes e que, em conjunto, possam dar conta da complexidade do tema.

Ainda para compreender as possibilidades de atuação dentro do campo, é necessário esclarecer abordagens que se confundem no que diz respeito ao uso de edifícios.

No caso da preservação de construções – patrimônio material – há o consenso de que não se preservam os programas. A lógica advém da percepção

---

<sup>6</sup> O termo foi utilizado por Violet-Le-Duc no século XIX para justificar ações que atualmente são bastante questionadas, inclusive porque levam a uma ideia de “falso histórico”. In: Kühl, B.M. *Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2000.

de que as formas de vida se alteram ao longo da história e, portanto, algumas atividades ficam obsoletas. Impor um uso específico a um edifício, nesse sentido, pode comprometer sua preservação, já que, em alguns casos, essa restrição poderia esvaziá-lo por completo, como já ocorreu com edifícios industriais em áreas urbanas, de estações ou hospitais desativados.

Neste sentido, estamos muito acostumados a vermos mudanças de usos importantes em todo o mundo – alguns serão debatidos mais adiante neste texto – sem que isso cause nenhum tipo de estranheza. As legislações que tratam de usos na cidade são as de regulação urbana, em que pese suas fragilidades de trabalhar o campo do patrimônio. A confusão que se faz, e que deve ser evitada, diz respeito ao patrimônio imaterial e aos lugares de memória. De forma sintética, quando se decide preservar um patrimônio imaterial, a questão recai no saber fazer, no ritual envolvido (por exemplo, no caso da preparação de um alimento ou refeição). Em contrapartida, ao se tratar de “lugares de memória”, a questão recai também sobre o campo do patrimônio material. Em outras palavras, preserva-se um edifício a fim de que se possa manter as memórias a ele associadas.

Por fim, cabe reconhecer que as novas abordagens associadas à preservação do patrimônio ampliaram o acesso às diferentes camadas sociais, que passam a clamar pelo reconhecimento de seus bens culturais, que até pouco tempo estiveram circunscritos a grupos bastante restritos.

O Pateo do Colégio em São Paulo exemplifica a complexidade dessas questões. O edifício que seria marco original da cidade de São Paulo, por ter sido construído no século XVI, foi completamente demolido, restando apenas uma parede de taipa como registro da técnica construtiva tão característica da cidade colonial e do Colégio dos Jesuítas. Nos anos 1970, foi construído um novo edifício à imagem e semelhança daquele que existia (a construção usou de tecnologias contemporâneas na busca da imagem idealizada).

Há uma intensa discussão sobre o fato de a nova construção se tratar de um “falso histórico” e que, portanto, não mereceria ser preservada. No entanto, tombado no âmbito municipal, o conjunto é reconhecido pela população como marco histórico e, por isso, deve ser preservado. Falso ou não, o edifício já se historicizou e faz parte do patrimônio cultural paulista. Evidencia-se isso com o fato ocorrido na madrugada do dia 10 de abril de 2018: a fachada do edifício foi pintada com a frase “olhai por nós”. A intervenção foi alvo de forte polêmica nos jornais e redes sociais. De um lado, os autores, que utilizaram o edifício para sua manifestação cientes da relevância e da repercussão que o ato traria; de outro lado, a sociedade, que se ofende pelo dano causado. O episódio evidencia o uso do patrimônio cultural como objeto e cenário de disputas políticas na cidade.

## A PRESERVAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA PARA CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA

Entre os temas atuais, destacam-se os conhecidos lugares de memória difíceis. São espaços que se caracterizam por terem sido suporte para acontecimentos relevantes. Não se trata de espaços com valor artístico ou arquitetônico, mas que guardam, na sua materialidade, parte da história.

Em São Paulo, a Casa de Dona Yayá, atualmente sede do Centro de Preservação Cultural da USP (CPC), destaca-se como um desses lugares onde é possível refletir sobre os espaços de exclusão relacionados às questões sociais e de gênero.

Sebastiana de Mello Freire, conhecida como Dona Yayá, foi considerada mentalmente instável em 1920. Depois de um ano internada em hospital psiquiátrico, seus tutores alugaram, compraram e reformaram uma antiga chácara na região da Bela Vista para afastá-la da agitação do Centro de São Paulo. O imóvel foi transformado em seu sanatório particular, onde ela viveu por quatro décadas até o seu falecimento.

Depois de transferida para a Universidade de São Paulo e tendo passado por um longo período sem destinação, a casa foi restaurada no início dos anos 2000 e abriga, desde 2004, a sede do CPC<sup>7</sup>. Sua memória tem sido fruto de pesquisa, publicações e outras atividades na instituição, que desde 2017 passou a contar com uma pequena exposição sobre a vida da célebre moradora. Os cômodos com cores neutras, grades de ferro e vidro, o solário (único meio de contato de Dona Yayá com o mundo exterior) e outras dependências revelam os traumas do isolamento dessa mulher.

O tombamento da Casa de Dona Yayá foi realizado pelos órgãos de preservação estadual e municipal na década de 1990<sup>8</sup>. A justificativa do tombamento do imóvel como bem cultural vai além de sua importância como remanescente da fase inicial do bairro e das diversas técnicas construtivas; ela está diretamente relacionada à “representação de uma das formas da sociedade tratar a loucura no início do século XX” (Condephaat, resolução 37 de 02 de abril de 1998).

O recente tombamento do DOI-CODI – edifício na Rua Tutoia, em São Paulo –, centro de atuação da Operação Bandeirante (OBAN), é mais um

<sup>7</sup> A Casa de Dona Yayá abriga desde 2004 o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, espaço onde ocorrem atividades como cursos, exposições, debates, lançamento de publicações acerca do tema patrimônio cultural, etc. Outras informações podem ser encontradas em [www.usp.br/cpc](http://www.usp.br/cpc).

<sup>8</sup> Condephaat, Resolução de tombamento de 2 de fevereiro de 1998 – processo 21955/1982. Conpresp, Resolução de abertura de processo de tombamento nº 11/90, de 19 de outubro de 1990, relativo à área do bairro do Bexiga, na qual se inclui a Casa de Dona Yayá – processo 16-066.137-90\*88.

caso de “lugar de memória”. Foi nesse lugar que o Estado praticou torturas e cometeu assassinatos durante a ditadura militar. Foi lá que o jornalista Vladimir Herzog foi torturado e assassinado. A versão oficial do governo, de suicídio, foi contestada pela sociedade, e esse é um dos fatos que iniciam um gradual processo de abertura do regime militar.

Esse conjunto de edifícios tem, portanto, um valor essencial para a compreensão da história recente do País. Por meio dele, pode-se, ainda, compreender e descobrir fatos que ainda não foram totalmente estudados. Nesses casos, além de se tratar de patrimônio a ser preservado, é também um documento a ser estudado. A recente descoberta de documentos americanos que trazem novas informações sobre o período de ditadura militar no Brasil revela que ainda há muito a ser estudado, e esse tipo de preservação é um ponto importante nesse sentido. O processo de tombamento revela como se entende o valor a preservar: “menos preocupado com as características da edificação e argumentando por um tombamento de patrimônio *material* baseado nas memórias difíceis de um momento longo e sombrio de nossa história recente<sup>9</sup>”.

Em diversos países da América Latina, uma rede de pesquisadores e interessados no tema tem trabalhado intensamente e formado uma rede disposta a discutir as possibilidades de se atuar frente a esses espaços carregados de significados e memórias dos períodos de violência e restrição política. No caso da Argentina, a sociedade organizou-se em diversas frentes para poder tratar do tema, a fim de não deixar que a violência do Estado fosse, por um lado, esquecida, e, por outro, ficasse impune. Grupos como as “Asociación Madres de Plaza de Mayo”<sup>10</sup> e “memoria aberta”<sup>11</sup> continuam fazendo um intenso trabalho de investigação sobre os acontecimentos que mantêm o debate aberto e num processo contínuo, que tem levado a julgamentos sucessivos dos envolvidos e à punição dos culpados.

No caso do Brasil, o reconhecimento do DOI-CODI é um passo fundamental para uma investigação necessária e para o reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado. Dois fatos recentes mostram a importância desse reconhecimento.

Em 2007, o artista Fernando Piola realizou o projeto “Operação Tu-tóia”. Apresentando-se como jardineiro, o artista, aos poucos, substituiu

---

<sup>9</sup> Trecho retirado do parecer da Profa. Dra. Silvana Rubino escrito para a sessão de tombamento do DOI-CODI.

<sup>10</sup> Grupo de mães que se organizou na Argentina ainda durante o período militar para se manifestar e buscar seus filhos e netos desaparecidos. Ver: <<http://madres.org>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

<sup>11</sup> “Aliança de organizações de direitos humanos argentinas que promove a memória sobre as violações aos direitos humanos do passado recente.” Disponível em: <<http://memoriaabierta.org.ar/wp>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

toda a vegetação dos jardins do edifício do DOI-CODI por plantas de folhagem vermelha. Depois de alguns meses de trabalho, o tom de vermelho chamava atenção na fachada. Tratava-se de uma manifestação que trazia à tona a memória da violência ocorrida naquele espaço décadas antes.

No carnaval de 2018, o Ministério Público proibiu a circulação de um bloco que se propunha a acontecer em frente ao edifício do DOI-CODI e que “reverenciaria” as ações de violência e tortura que ali ocorreram, ironizando a violência com um perigoso discurso que compactua e enaltece a atuação do governo militar na ditadura brasileira.

Os casos citados evidenciam que o patrimônio é um campo de disputas da sociedade dentro de uma perspectiva do tempo presente. São as reflexões, identidades e demandas sociais – no seu sentido mais amplo – que, ao se relacionar com os bens tombados, estabelecem leituras múltiplas. Nos casos dos lugares de memórias difíceis, a questão acentua-se de forma bastante delicada, uma vez que o patrimônio material contribui para revelar acontecimentos e conhecer fatos essenciais para compreensão de períodos históricos recentes e não completamente esclarecidos.

### **ESPAÇOS DE DISPUTA**

Algumas áreas dentro da estrutura urbana, reconhecidas por serem registros evidentes de etapas da história das cidades por causa de seus edifícios ou seu traçado urbano, foram marcadamente objeto de disputa e de interesse de grupos variados que se voltaram para oportunidades que, por vezes, são olhadas de forma bastante diferente – mercado e preservação tendem a se colocar em polos opostos em disputas territoriais desse tipo. Áreas centrais esvaziadas por diversos motivos, antigos pátios de manobras de trens, estações ferroviárias, armazéns, áreas portuárias foram objetos de intervenção em diversas cidades, ora com um uso público, ora privado.

Nesse sentido, muitas vezes seus atores valem-se de estratégias bastante distantes daquilo que se discute no campo da preservação. São propostas que evidenciam uma ideia pasteurizada de cultura, altamente comercial, com um forte incentivo à implantação de museus e centros culturais em imóveis localizados em áreas caracterizadas pelo seu estado de abandono ou degradação. Percebemos isso nas áreas históricas de cidades como Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo. Na tentativa de atrair um público visitante interessado em (re)conhecer os atrativos dos antigos centros, abandonados ou degradados, grandes incentivos financeiros foram realizados na modernização de imóveis históricos com caráter essencialmente cultural. Em diversos casos, retira-se a vida cotidiana em busca da criação de um cenário atraente.

*Restauração e revitalização* são termos frequentemente utilizados para reforçar a intenção de recuperar um patrimônio e incentivar seu uso mais intenso. No entanto, observados de perto, os termos são complexos. Muitas vezes, o suposto restauro trabalha com uma ideia de cultura comercializável. Assim, é possível encontrar bairros inteiros onde os edifícios históricos foram pintados de cores berrantes – bastante diversas daquelas que foram utilizadas no momento de sua construção e compunham uma certa ambiência urbana – e respondem diretamente às ações de marketing de empresas particulares ou de programas de governo. Também é notório a remoção da população de baixa renda para estimular outros usos por outro público, muitas vezes flutuante. Trata-se de políticas que, a fim de atrair investimentos em turismo, serviços e comércio, priorizam a construção de um cenário comercializável. Assim, as intervenções no patrimônio colocam a preservação cultural submetida, e deturpada, às questões econômicas.

Os edifícios recebem benefícios para atender a novos programas que abrigam restaurantes, pequenas lojas de artesanato; o espaço público passa por intervenções com novos pisos, calçadas, iluminação e, principalmente, sistema de segurança. Tudo bastante estilizado e elitizado para atrair um público que possa usufruir desse espaço requalificado, seja esse público moradores ou turistas. Portanto, quando se fala em revitalizar, há de se entender que não se trata de área morta e sem vida, muito pelo contrário. Mas, não da população que as políticas de cultura e turismo desejavam que estivessem frequentando a área. Chama atenção que, em ambos os casos, os edifícios restaurados são apenas aqueles que estão de frente para as ruas em que se interviu. Basta virar para uma rua lateral e encontrar a mesma precariedade anterior ao projeto.

Especificamente na cidade do Recife, durante o ano de 2015, os noticiários anunciavam diariamente a disputa no Cais Estelita, antiga região portuária, entre os interessados em garantir o direito de uso coletivo da área e os incorporadores que planejavam construir um condomínio de luxo com onze torres. O episódio ganhou repercussão nacional pela força dos ativistas que ocuparam os terrenos com diversas atividades artísticas e questionavam o valor histórico e cultural daquele espaço para a população do Recife. Novamente, o patrimônio é colocado no campo de disputa social e urbana.

As questões relativas ao planejamento urbano e patrimônio cultural ainda demandam muito trabalho para que se encontre uma convergência de interesses. Nesse sentido, o caso do Cine Belas Artes em São Paulo, tradicional conjunto de salas de cinema com programação que busca sair dos filmes comerciais, evidencia os problemas colocados. Em 2011, quando o proprietário decidiu rever o valor do aluguel e disponibilizar o imóvel

para outros usos e interessados, um grupo de frequentadores iniciou uma campanha solicitando o tombamento do prédio, numa tentativa de manter a sociabilidade que ocorria naquele espaço. No entanto, uma das questões levantadas ao longo da discussão nas mídias, redes sociais e entre especialistas, é que o uso de um edifício não é objeto de preservação. Depois de um longo processo, o edifício foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (Condephaat). Na resolução, um dos valores reconhecidos foi “que se trata de um lugar de memória no panorama da cinematografia paulista”<sup>12</sup>. A própria resolução estabelece que “não ficam estabelecidas restrições de uso e ocupação no entorno do perímetro que delimita este tombamento”.<sup>13</sup>

Em São Paulo, as atuações no bairro da Luz evidenciam outra situação em que foram pensadas e executadas ações pontuais sobre o patrimônio que, desvinculadas de outras políticas públicas, se mostraram pouco efetivas, em que pese a utilização de recursos vultuosos. Desde o início da década de 1990, diversos edifícios foram restaurados e receberam programas culturais: o antigo Liceu de Artes e Ofícios, que passou a abrigar a Pinacoteca do Estado; a Estação Julio Prestes, atualmente sede da Secretaria de Estado da Cultura e da Sala São Paulo<sup>14</sup>; o edifício que originalmente abrigava armazéns e escritórios da Estrada de Ferro Sorocabana e que atualmente é a Estação Pinacoteca e o Memorial da Resistência de São Paulo<sup>15</sup>. Por fim, nos anos 2000, a Estação da Luz passou a abrigar o Museu da Língua Portuguesa.

Apesar de todo esse investimento em equipamentos de cultura, as intervenções não foram suficientes para qualificar o entorno do bairro da Luz. Entre várias possibilidades de justificação, pode-se argumentar que esse tipo de programa, isolado no território, sem outras atividades da vida cotidiana, não conseguiu reverter a degradação da área. Pelo contrário, nas últimas décadas essa região da cidade passou a enfrentar um dos problemas mais complexos e de difícil solução: usuários de crack se reúnem diuturnamente a poucos metros desse complexo cultural e ficam perambulando pelo entorno, acentuando ainda mais a diferença entre a população flutuante dos edifícios restaurados e aquela que habita a área.

São esses alguns exemplos que vêm ganhando força nas discussões sobre cidade, cultura, memória. Se até o início dos anos 2000 esse era um tema que estava limitado a grupos universitários e a órgãos públicos de preservação de patrimônio cultural, hoje é uma pauta que abarca diversos

<sup>12</sup> Resolução 105/2015 do Condephaat. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/cit/index.php?p=1157>>. Acesso em: 30 de maio 2018.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Sala de concertos e sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESF).

<sup>15</sup> Esse edifício foi, durante a ditadura militar, a sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), onde diversas prisões foram realizadas.

sentidos da vida cotidiana. A tendência é que isso se amplie cada vez mais. Grupos de minorias – negros, LGBTQ, grupos religiosos, imigrantes – seguramente reivindicarão seu lugar na história, e o patrimônio como principal elemento de reconhecimento.

A ideia do patrimônio como monumento ou como obra de arte tende a perder cada vez mais espaço para outras manifestações. A identidade passa a ser múltipla, refletindo a composição de nossa sociedade.

Neste momento, essas questões nos colocam mais perguntas do que respostas. Não há respostas prontas. Os desafios são enormes, desde o reconhecimento do que pode ser patrimônio para os vários grupos até de que forma é possível preservá-lo. O tema demanda ampliação de debate, multidisciplinariedade, participação social e, por parte daqueles que trabalham na área, a abertura para receber essas manifestações múltiplas, que construíram e seguem constituindo nossa cultura, que precisa ser preservada para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2011.
- CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio cultural: conceitos, práticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.
- COSTA, Eduardo Augusto. *Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivamento fotográfico do IPHAN*. Tese (Doutorado em História) –, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- COSTA, Sabrina Studart Fontenele. *Intervenções na cidade existente: um estudo sobre o Centro Dragão do Mar e a Praia de Iracema*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CUNHA, Claudia dos Reis e. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. *Resenhas Online*, São Paulo, 03.032, Vitruvius, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugaya. *Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais Dd Museu Paulista: História E Cultura Material*, v. 18, n 2, p. 287-320. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069>>.

- KUHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade*. Lugares e espaços públicos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Imesp; Cenpec, 2008.
- MARTÍNEZ Ascensión Hernández. *La clonación arquitectónica*. Madrid; Ediciones Siruela, 2007.
- MELLO JÚNIOR, Antônio de Oliveira. *O significado e o uso do conceito de autenticidade na preservação do Patrimônio Edificado*. Os paradigmas de Brasília e Ouro Preto. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: IPHAN, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES\\_Ulpiano\\_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisaode-premissas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisaode-premissas.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2018.
- MENESES, Ulpiano. Os usos culturais da cultura. In: YAZIGI, E. et al. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.88-99.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 256-287.
- OKSMAN, Silvio. *Contradições na preservação da arquitetura moderna*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 194-203, 1996.
- RUBINO, Silvana Barbosa. *O mapa do Brasil passado*. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 97-105, 1996.
- SALVO, Simona. Restauro e ‘restausos’ das obras arquitetônicas do século 20. Intervenções em arranha-céus em confronto. *Revista CPC*, São Paulo, n. 4, p. 139-157, 2007.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*. A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.